

REAL SOCIEDADE PORTUGUESA DE BENEFICÊNCIA.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 E RELATÓRIO DOS  
AUDITORES INDEPENDENTES

# REAL SOCIEDADE PORTUGUESA DE BENEFICÊNCIA.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021.

## CONTEÚDO

Relatório dos auditores independentes

Quadro 1 - Balanços patrimoniais

Quadro 2 - Demonstração dos resultados

Quadro 3 – Demonstração dos resultados abrangentes

Quadro 4 – Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Quadro 5 - Demonstração dos fluxos de caixa

Notas explicativas às demonstrações financeiras



## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores da  
**Real Sociedade Portuguesa de Beneficência.**  
Campinas – SP

### Opinião

---

Examinamos as demonstrações financeiras da **Real Sociedade Portuguesa de Beneficência** (“Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Real Sociedade Portuguesa de Beneficência** em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### Base para opinião

---

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Ênfases

---

#### 1) Investimento em Outra Sociedade

A Entidade aportou, até o final deste exercício, o montante de R\$ 26.000.000 na Associação de Saúde Portuguesa de Beneficência a fim de contribuir para cumprimento da obrigação regulatória da Agência Nacional de Saúde Complementar – ANS e Lei 9.656/98 no que tange a constituição da margem de solvência.

Conforme mencionado na Nota explicativa n.º 8, o estatuto social da Associação de Saúde Portuguesa de Beneficência no seu art. 42 determina que a referida entidade não distribuirá resultado, dividendos, bonificações, participações ou parcela de seu patrimônio, sob nenhuma forma ou pretexto.

A administração da Entidade está avaliando as alternativas para a realização do investimento. A realização deste investimento dependerá exclusivamente da reversão deste aporte e devolução dos valores.

## **Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional**

---

Sem ressaltarmos nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa nº 26. A Entidade reconhece que enfrenta dificuldades financeiras, sucessivos déficits e baixos índices de liquidez. As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade normal de suas operações e não possuem ajustes em caso de descontinuidade.

## **Auditoria de valores correspondentes ao exercício anterior**

---

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, apresentados para fins de comparação, foram por nós auditadas e o relatório de auditoria, datado de 14 de abril de 2022, foi emitido sem ressalva e com parágrafo de ênfase referente aos seguintes assuntos: (i) Programa Pró-Sus, (ii) Investimento em outra sociedade, e (iii) Continuidade das operações.

## **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

---

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

---

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas-SP, 17 de abril de 2023

QUADRO 1

Real Sociedade Portuguesa de Beneficência (RSPB)

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Valores expressos em reais)

ATIVO	nota	2022	2021	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)	nota	2022	2021
<b>CIRCULANTE</b>				<b>CIRCULANTE</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	3.824.109	2.747.406	Empréstimos e financiamentos	10	23.320.712	27.577.904
Clientes	5	10.653.223	9.504.374	Acordos com fornecedores	11	946.030	277.597
Estoques	6	2.876.509	3.400.865	Fornecedores e Prestadores de Serviços	-	15.211.451	10.810.690
Adiantamentos a fornecedores	-	479.273	509.435	Honorários médicos	-	3.174.329	2.273.117
Impostos a recuperar	-	357.173	94.542	Obrigações sociais	12	7.644.543	7.396.887
				Adiantamentos de clientes - produção médica	13	10.041.497	19.744.146
Total do ativo circulante		18.190.287	16.256.622	Obrigações tributárias	14	6.702.883	5.162.980
				Obrigações tributárias - Parcelamentos	15	17.841.154	19.173.562
				Receitas diferidas	-	150.000	150.000
				Outras contas a pagar	-	515.822	80.565
				Total do passivo circulante		85.548.421	92.647.448
<b>NÃO CIRCULANTE</b>				<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
Bloqueios judiciais	7	1.042.692	973.343	Empréstimos e financiamentos	10	43.936.913	47.125.226
Investimentos	8	29.802.970	29.802.970	Fornecedores e Prestadores de Serviços	16	8.126.812	11.975.708
Imobilizado	9	17.690.991	19.243.224	Acordos com fornecedores	11	360.167	604.234
				Receitas diferidas	-	875.000	875.000
Total do ativo não circulante		48.536.653	50.019.537	Provisão de contingências	17	4.000.221	4.384.713
				Obrigações tributárias - Parcelamentos	15	53.066.432	60.544.187
				Total do passivo não circulante		110.365.545	125.509.068
				<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)</b>			
				Patrimonio social	-	17.153.825	17.153.825
				Reservas de reavaliação	-	10.209.882	10.209.882
				Déficits acumulados	-	(198.366.282)	(179.244.064)
				Outros Resultados Abrangentes	-	41.815.549	-
				Total do patrimônio líquido (Passivo a Descoberto)		(129.187.026)	(151.880.357)
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>66.726.940</b>	<b>66.276.159</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)</b>		<b>66.726.940</b>	<b>66.276.159</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

QUADRO 2

Real Sociedade Portuguesa de Beneficência (RSPB)

DEMONSTRAÇÃO DO SUPERÁVIT OU DÉFICIT  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021  
(Valores expressos em reais)

	nota	2022	2021
RECEITA LÍQUIDA	18	99.806.044	104.560.921
Custo dos serviços prestados	19	<u>(83.556.337)</u>	<u>(85.405.885)</u>
RESULTADO BRUTO		16.249.707	19.155.036
DESPESAS OPERACIONAIS			
Gerais e administrativas	20	(34.930.310)	(53.560.338)
Outras (despesas) e receitas operacionais, líquidas	21	<u>14.549.882</u>	<u>16.608.288</u>
		(20.380.428)	(36.952.050)
(DÉFICIT) / SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		<u>(4.130.721)</u>	<u>(17.797.014)</u>
Despesas financeiras	22	(18.442.002)	(18.669.309)
Receitas financeiras	23	<u>3.450.505</u>	<u>272.136</u>
(DÉFICIT) / SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO		<u><u>(19.122.218)</u></u>	<u><u>(36.194.187)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

QUADRO 3

Real Sociedade Portuguesa de Beneficência (RSPB)

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021  
(Valores expressos em reais)

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
(Déficit) / Superávit líquido do exercício	(19.122.218)	(36.194.187)
Receita com combinação de negócio (Centro de Oncologia)	<u>41.815.549</u>	<u>-</u>
Total de resultados abrangentes do exercício	<u><u>22.693.331</u></u>	<u><u>(36.194.187)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



QUADRO 4

Real Sociedade Portuguesa de Beneficência (RSPB)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL (PASSIVO A DESCOBERTO)  
 PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021  
 (Valores expressos em reais)

	Patrimônio social	Reservas de reavaliação	Reserva de moratória - Pró SUS	Superávits (Déficits) acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	17.153.825	10.209.882	49.018.910	(143.049.877)	-	(66.667.260)
Resultado do exercício	-	-	(49.018.910)	(36.194.187)	-	(85.213.097)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	17.153.825	10.209.882	-	(179.244.064)	-	(151.880.357)
Resultado do exercício	-	-	-	(19.122.218)	41.815.549	22.693.331
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	17.153.825	10.209.882	-	(198.366.282)	41.815.549	(129.187.026)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

QUADRO 5

Real Sociedade Portuguesa de Beneficência (RSPB)

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021  
(Valores expressos em reais)

	2022	2021
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Superávit (Déficit) do exercício	(19.122.218)	(36.194.187)
Ajustes para reconciliar o lucro (prejuízo) líquido ao caixa gerado pelas atividades operacionais:		
Combinação de negócio (Centro de Oncologia)	41.815.549	-
Depreciações	1.980.076	1.944.546
Valor residual do ativo imobilizado baixado	241.809	3.211.119
	24.915.216	(31.038.522)
(Aumento) diminuição dos ativos:		
Clientes	(1.148.849)	585.979
Estoques	524.356	269.824
Adiantamentos	30.162	(274.119)
Depósitos judiciais - não circulante	(69.349)	192.492
Antecipação de aluguel	-	42.500
Impostos a recuperar	(262.631)	(55.820)
Aumento (diminuição) dos passivos:		
Fornecedores - circulante	4.400.761	5.091.673
Acordos com fornecedores	668.433	(842.084)
Honorários médicos	901.212	(61.424)
Obrigações tributárias	1.539.903	(1.617.177)
Obrigações tributárias - Parcelamentos - circulante	(1.332.408)	14.138.688
Obrigações sociais	247.656	907.345
Adiantamento de clientes	(9.702.649)	2.722.589
Outras contas a pagar	435.257	6.185
Acordos com fornecedores - não circulante	(244.067)	(849.433)
Provisão de contingências - não circulante	(384.492)	3.381.672
Obrigações tributárias - Parcelamentos - não circulante	(7.477.755)	33.864.563
Fornecedores - não circulante	(3.848.896)	7.607.338
	(15.723.356)	65.110.791
CAIXA LÍQUIDO GERADO (CONSUMIDOS) NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	9.191.860	34.072.269
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Investimentos	-	(8.481.299)
Adições de bens do ativo imobilizado	(669.652)	(4.106.454)
CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(669.652)	(12.587.753)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Empréstimos e financiamentos - circulante	(4.257.192)	6.925.468
Empréstimos e financiamentos - não circulante	(3.188.313)	16.931.682
Reserva de moratória - Pró SUS	-	(49.018.910)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	(7.445.505)	(25.161.760)
CAIXA LÍQUIDO GERADO (CONSUMIDO) PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS, DE INVESTIMENTOS E DE FINANCIAMENTOS	1.076.703	(3.677.244)
A VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA É ASSIM DEMONSTRADA:		
No início do período	2.747.406	6.424.650
No fim do período	3.824.109	2.747.406
AUMENTO (REDUÇÃO) DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	1.076.703	(3.677.244)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## **REAL SOCIEDADE PORTUGUESA DE BENEFICÊNCIA.**

### **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Valores expressos em reais)**

#### **1. CONTEXTO OPERACIONAL**

A Real Sociedade Portuguesa de Beneficência de Campinas é uma sociedade civil fundada em 20 de julho de 1873, de fins não econômicos, reconhecida de utilidade pública federal, estadual e municipal respectivamente pelo Decreto Federal de 08/10/1996; Lei Estadual nº 4.402, de 27/11/1957; e Lei Municipal nº 1.971, de 23/12/1958.

#### **2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

As demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a lei 11.638/2007, 11.941/2009 e suas respectivas alterações, o pronunciamento técnico PME – contabilidade para pequenas e médias empresas e demais dispositivos legais e normativos pertinentes às Instituições de Fins Filantrópicos, as Resoluções CFC nº 1.159/09 e nº. 1.409/12, que aprovou a ITG 2002 – Entidades sem fins lucrativos

#### **3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**

##### **3.1. MOEDA FUNCIONAL E DE APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

A moeda funcional e de apresentação da Entidade é o real (R\$).

##### **3.2. ESTIMATIVAS CONTÁBEIS**

São utilizadas para a mensuração e reconhecimento de certos ativos e passivos das demonstrações financeiras da Entidade.

A determinação dessas estimativas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros e outros fatores objetivos e subjetivos. Itens significativos sujeitos a estimativas incluem, quando aplicável: i) a determinação das vidas úteis dos ativos imobilizados e dos ativos intangíveis; ii) a estimativa de perdas para créditos de liquidação duvidosa, quando necessário; iii) a análise de recuperação dos valores dos ativos imobilizados e intangíveis.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Entidade revisa suas estimativas e premissas, pelo menos, anualmente.

### 3.3. RESULTADO

O resultado das operações é apurado de acordo com o regime contábil de competência do exercício.

### 3.4. ATIVOS CIRCULANTES

#### a. Caixa e equivalentes de caixa

São representados por dinheiro em caixa, saldos em conta corrente (bancos) e aplicações financeiras, registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos até as datas dos balanços, que não excedem os seus valores de mercado ou de realização.

#### b. Contas a receber

As contas a receber de clientes são registradas e mantidas no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos. A Entidade revisa anualmente a necessidade de ajuste de seus recebíveis a valor presente. Também são reconhecidos como Estimativa para Perdas sobre Créditos de Liquidação Duvidosa (EPCLD), valores vencidos a mais de 360 dias cujos processos de cobrança foram efetuados e a Administração, em conjunto com a controladoria, entendem que não serão realizados por meio de recebimento.

#### c. Estoques

Os estoques estão demonstrados ao custo médio ponderado.

A administração efetua inventários físicos, por meio de contagens periódicas para que seja possível a mensuração da quantidade e valorização adequada.

### 3.5. ATIVOS NÃO CIRCULANTES

#### a. Imobilizado

É registrado ao custo de aquisição, formação ou construção e deduzido da depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base nas taxas que levam em consideração a vida útil dos bens.

### 3.6. DEMAIS ATIVOS CIRCULANTES E NÃO CIRCULANTES

Os demais ativos são registrados pelos seus valores de aquisição e reduzidos, mediante provisão, aos seus valores prováveis de realização, quando aplicável.

### 3.7. PASSIVOS CIRCULANTES

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável.

### 3.8. DEMAIS PASSIVOS CIRCULANTES

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos financeiros.

### 3.9. DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

Foi preparada e está sendo apresentada de acordo com o CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixas, emitido pelo CPC. As demonstrações dos fluxos de caixa refletem as modificações no caixa que ocorreram nos exercícios apresentados utilizando o método indireto. Os termos utilizados na demonstração do fluxo de caixa são os seguintes:

- Atividades operacionais: são as principais atividades geradoras de receita da Entidade e outras atividades que não sejam atividades de investimento ou de financiamento.
- Atividades de investimentos: são as atividades relativas à aquisição e alienação de ativos não circulantes e outros investimentos não incluídos em atividade operacional e de financiamento.
- Atividades de financiamentos: são as atividades que têm como consequência alterações na dimensão e composição do capital próprio e nos empréstimos obtidos pela Entidade.

## 4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2022	2021
Caixa	62.085	47.238
Bancos	2.117.559	892.866
Aplicação financeira	1.444.465	1.707.302
Títulos de capitalização	200.000	100.000
	<u>3.824.109</u>	<u>2.747.406</u>

Em 2022 houve operações de captação de empréstimos junto ao Banco Pine. Esse saldo ficou em conta bancária durante o exercício de 2022 e foi parcialmente consumido dentro do exercício.

Também houve novas aquisições de títulos de capitalização bancário no montante de R\$ 100.000.

## 5. CLIENTES

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Associação de Saúde Portuguesa de Beneficência	5.898.486	5.573.192
Sistema Único de Saúde - SUS	3.639.939	2.344.484
Convênios a receber	893.098	1.857.013
Outros créditos	877.335	310.134
Aluguéis	36.068	34.750
Cheques devolvidos	24.444	24.444
( - ) Provisão para perda sobre crédito	<u>(716.147)</u>	<u>(639.643)</u>
	<u><u>10.653.223</u></u>	<u><u>9.504.374</u></u>

A principal variação no saldo de contas a receber no montante de R\$ 1.295 mil está atrelado ao incremento no faturamento SUS, em função de Contratações Diretas fixadas e, “Ordem de Início de Serviços Imediatos” emitidos pela Secretaria Municipal de Saúde em atenção à contratação de leitos de enfermaria clínica de retaguarda para o enfrentamento da epidemia de infecção humana pelo novo coronavírus (COVID-19) no âmbito do Sistema único de Saúde (SUS) de Campinas.

## 6. ESTOQUES

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Materiais e medicamentos	2.206.212	2.822.034
Outros estoques	438.944	347.872
Gêneros alimentícios	<u>231.353</u>	<u>230.959</u>
	<u><u>2.876.509</u></u>	<u><u>3.400.865</u></u>

## 7. BLOQUEIOS JUDICIAIS

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Valores bloqueados judicialmente	1.042.692	1.173.300
( - ) Provisão para perda	<u>-</u>	<u>(199.957)</u>
	<u><u>1.042.692</u></u>	<u><u>973.343</u></u>

Refere-se a bloqueios judiciais para processos de esfera trabalhista e cível, que estão em tramite e aguardam decisão judicial.

## 8. INVESTIMENTOS

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Investimentos em outras sociedades	26.000.000	26.000.000
Imóveis destinados a renda com aluguéis	<u>3.802.970</u>	<u>3.802.970</u>
	<u><u>29.802.970</u></u>	<u><u>29.802.970</u></u>

### Investimentos em outras sociedades

O investimento em outra sociedade está vinculado a decisão da entidade aportar recursos na Associação de Saúde Portuguesa de Beneficência, a fim de contribuir para cumprimento da obrigação regulatória da Agência Nacional de Saúde Complementar – ANS e Lei 9.656/98 no que tange a constituição da margem de solvência.

O referido investimento foi aprovado pela Diretoria Executiva da Entidade.

O estatuto social da Associação de Saúde Portuguesa de Beneficência no seu art. 42 determina que a referida entidade não distribuirá resultado, dividendos, bonificações, participações ou parcela de seu patrimônio, sob nenhuma forma ou pretexto, por essa razão não foi contabilizado nenhum resultado de equivalência patrimonial.

As administrações de ambas as entidades estão avaliando as alternativas para que o referido investimento retorne para a Entidade.

### Imóveis destinados a renda

Os imóveis destinados a renda com aluguéis geraram uma renda anual de R\$ 359 mil em 2022 e 335 mil em 2021.

## 9. IMOBILIZADO

Descrição	Taxa de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	
				2022	2021
Edifício social	4%	15.650.071	(10.108.230)	5.541.841	6.167.092
Reavaliação edifício social	4%	13.519.428	(7.030.103)	6.489.325	7.030.102
Aparelhos médicos e instrumentais	10%	5.320.264	(3.105.546)	2.214.718	2.522.067
Móveis, utensílios e equipamentos	10%	4.751.009	(2.921.524)	1.829.485	1.886.336
Reavaliação de outros imóveis de uso	4%	1.052.356	(547.225)	505.131	547.225
Outros imóveis de uso	4%	844.508	(333.039)	511.469	551.639
Veículos	20%	327.644	(192.829)	134.815	69.688
Utensílios de copa e cozinha	10%	91.929	(85.678)	6.251	9.473
Equipamentos de informática	20%	1.248.280	(808.870)	439.410	449.454
Ferramentas e utensílios de manutenção	10%	51.180	(32.634)	18.546	10.148
		<u>42.856.669</u>	<u>(25.165.678)</u>	<u>17.690.991</u>	<u>19.243.224</u>

### Mapa de movimentação do imobilizado

	2021		2022	
	Final	Adições	Baixas	Final
<b>Custos</b>				
Edifício social	15.650.071	-	-	15.650.071
Reavaliação edifício social	13.519.428	-	-	13.519.428
Aparelhos médicos e instrum.	5.321.060	33.164	(33.960)	5.320.264
Móveis, utensílios e equipam.	4.572.914	424.447	(246.352)	4.751.009
Reav. de outros imóveis de uso	1.052.356	-	-	1.052.356
Outros imóveis de uso	844.508	-	-	844.508
Veículos	250.903	79.662	(2.921)	327.644
Utensílios de copa e cozinha	93.426	-	(1.497)	91.929
Equipamentos de informática	1.141.796	122.383	(15.899)	1.248.280
Ferramentas e utensílios de manut.	41.184	9.996	-	51.180
	<u>42.487.646</u>	<u>669.652</u>	<u>(300.629)</u>	<u>42.856.669</u>
<b>Depreciação acumulada</b>				
Edifício social	(9.482.979)	(625.251)	-	(10.108.230)
Reavaliação edifício social	(6.489.326)	(540.777)	-	(7.030.103)
Aparelhos médicos e instrum.	(2.798.993)	(306.926)	373	(3.105.546)
Móveis, utensílios e equipam.	(2.686.578)	(283.836)	48.890	(2.921.524)
Reav. de outros imóveis de uso	(505.131)	(44.897)	2.803	(547.225)
Outros imóveis de uso	(292.869)	(43.793)	3.623	(333.039)
Veículos	(181.215)	(11.614)	-	(192.829)
Utensílios de copa e cozinha	(83.953)	(3.225)	1.500	(85.678)
Equipamentos de informática	(692.342)	(118.159)	1.631	(808.870)
Ferramentas e utensílios de manut.	(31.036)	(1.598)	-	(32.634)
	<u>(23.244.422)</u>	<u>(1.980.076)</u>	<u>58.820</u>	<u>(25.165.678)</u>
<b>Imobilizado líquido</b>	<u>19.243.224</u>	<u>(1.310.424)</u>	<u>(241.809)</u>	<u>17.690.991</u>



## 10. EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS

Instituição financeira	Modalidade	Status	Encargos financeiros	2022	2021
Banco Daycoval S.A.	Capital de giro	Em vigor	0,75% a 1,64% a.m.	18.738.045	27.106.034
Caixa Econômica Federal	Capital de giro	Novo	1,25% a.m.	10.000.000	-
Banco Santander S.A.	Capital de giro	Novo	0,65% a.m.	7.338.742	-
Banco Pine	Capital de giro	Novo	0,86% a.m.	7.000.000	-
Banco Daycoval S.A.	Capital de giro	Em vigor	1,2% a.m.	6.019.724	9.168.204
Caixa Econômica Federal	Capital de giro	Novo	1,20% a.m.	5.842.106	-
Unicred do Estado de São Paulo	Capital de giro	Em vigor	0,49% a 1,18% a.m.	3.582.280	5.994.440
Banco Pine	Capital de giro	Em vigor	0,75% a.m.	2.100.000	1.014.599
Banco Daycoval S.A.	Capital de giro	Em vigor	0,88% a.m.	1.918.480	2.693.315
Banco Pine	Capital de giro	Em vigor	0,79% a.m.	1.400.000	3.239.232
Banco Daycoval S.A.	Capital de giro	Novo	1,09% a.m.	1.328.406	-
Banco Daycoval S.A.	Capital de giro	Novo	0,72% a.m.	1.065.000	-
Banco Daycoval S.A.	Capital de giro	Em vigor	1,2% a.m.	799.512	4.436.692
Uniprime Cooperativa de Crédito	Capital de giro	Em vigor	0,49% a 2% a.m.	125.330	11.038.244
Banco Santander S.A.	Capital de giro	Encerrado	0,99% a 1,64% a.m.	-	6.439.205
Banco Santander S.A.	Capital de giro	Encerrado	0,53% a.m.	-	3.201.937
Caixa Econômica Federal	Capital de giro	Encerrado	0,85% a.m.	-	2.460.922
Banco Pine	Capital de giro	Encerrado	0,79% a.m.	-	2.155.408
Banco Sofisa S.A.	Capital de giro	Encerrado	0,8325% a.m.	-	1.274.515
	Juros a transcorrer			-	(5.519.617)
				<u>67.257.625</u>	<u>74.703.130</u>
				23.320.712	27.577.904
				<u>43.936.913</u>	<u>47.125.226</u>
				<u>67.257.625</u>	<u>74.703.130</u>

O incremento nas operações de empréstimos ocorreu para suportar as necessidades de caixa.

A rubrica de juros a transcorrer refere-se a parcela de juros que foi contabilizado nos respectivos empréstimos e que será apropriado ao resultado conforme a sua competência.

## 11. ACORDO COM FORNECEDORES

Representado por acordos realizados com fornecedores e prestadores de serviços médicos no montante de R\$ 946.030 no circulante e R\$ 360.167 no não circulante.

## 12. OBRIGAÇÕES SOCIAIS

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Férias a pagar	4.269.678	4.101.980
Salários	2.021.262	1.813.668
FGTS	357.304	596.028
13º Salários	248.313	160.515
Rescisões	199.955	482.138
Acordos trabalhistas	194.832	59.200
Sindicato	182.455	21.447
Empréstimo consignado	163.939	156.726
Pensão alimentícia	6.805	5.185
	<u>7.644.543</u>	<u>7.396.887</u>

## 13. ADIANTAMENTO DE CLIENTES – PRODUÇÃO MÉDICA

Os valores em aberto a título de Adiantamento de clientes referem-se a valores pagos pela Associação de Saúde Portuguesa de Beneficência (“ASPB” ou Plano de Saúde) e eles serão pagos ou compensados durante o próximo exercício social, por isso estão classificados no passivo circulante. A redução da referida rubrica deve-se aos pagamentos efetuados em cumprimento ao Contrato de Prestação de Serviços de Atendimento Médico Ambulatorial e Hospitalar (“Contrato de Confissão de Dívida”).

## 14. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
ISSQN	2.810.402	2.846.397
INSS	2.095.845	1.326.016
IR Retido na Fonte	1.646.332	887.781
PIS sobre folha	118.180	39.432
Taxa de lixo	32.124	63.354
	<u>6.702.883</u>	<u>5.162.980</u>

As principais movimentações que ocorreram no ano estão relacionadas a retomada nas provisões mensais e o recolhimento do IRRF e INSS sobre folha de pagamento ocorridas a partir de 2021.

**15. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS – PARCELAMENTO (CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE)**

Tributo	Status	2022			2021		
		Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
PERT Previdenciário	Deferida e consolidada	5.208.164	18.228.575	23.436.739	5.208.164	23.463.739	28.671.903
INSS	Deferida e consolidada	5.113.316	9.642.637	14.755.953	5.211.514	12.418.058	17.629.572
Ressarcimento SUS	Parcelamento ANS	5.925.048	2.666.568	8.591.616	6.999.700	2.666.568	9.666.268
ISS Terceiros	Em negociação	-	7.185.339	7.185.339	-	7.955.487	7.955.487
IRRF/PIS/COFINS	Deferida e consolidada	696.365	4.294.253	4.990.618	696.365	4.932.588	5.628.953
PERT II - PIS/IRRF	Parcelamento	503.363	3.989.681	4.493.044	478.027	2.250.193	2.728.220
PERT Previdenciário	Parcelamento	312.986	4.147.061	4.460.047	312.986	2.216.982	2.529.968
FGTS	Parcelamento	-	2.700.581	2.700.581	-	4.373.766	4.373.766
IRRF	Parcelamento	81.912	211.737	293.649	266.806	266.806	533.612
		<u>17.841.154</u>	<u>53.066.432</u>	<u>70.907.586</u>	<u>19.173.562</u>	<u>60.544.187</u>	<u>79.717.749</u>

**16. FORNECEDORES – NÃO CIRCULANTE**

	2022	2021
Honorários de serviços de assessoria empresarial e advocatícia (i)	4.462.500	7.933.333
Sanasa	<u>3.664.312</u>	<u>4.042.375</u>
	<u>8.126.812</u>	<u>11.975.708</u>

(i) Conforme nota explicativa nº 20, a redução refere-se aos pagamentos dos serviços prestados de assessoria para o parcelamento tributário.

**17. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS**

	2022		
	Provável	Possível	Remoto
Trabalhista i)	3.603.048	759.020	-
Cível ii)	<u>397.173</u>	<u>1.834.000</u>	<u>11.554</u>
	4.000.221	2.593.020	11.554
Provisão para contingência	<u>4.384.713</u>		

## 18. RECEITA LIQUIDA

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Convênios	72.612.599	76.271.725
SUS - Sistema Único de Saúde	26.898.748	22.859.748
Particular	638.631	476.147
Convênio - Hospital Mario Gatti	-	5.017.003
( - ) Glosas	<u>(343.934)</u>	<u>(63.702)</u>
	<u><u>99.806.044</u></u>	<u><u>104.560.921</u></u>

## 19. CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Honorários médicos	(26.315.699)	(33.654.210)
Materiais e medicamentos	(i) (27.233.579)	(22.447.670)
Salários, encargos e outros benefícios	(i) (20.421.816)	(19.557.522)
Prestadores de serviços hospitalares (limpeza, gases, imagem e outros)	(i) (3.949.952)	(4.227.559)
FGTS	(3.094.649)	(3.362.052)
Lavanderia	(1.233.054)	(1.192.827)
Alimentação	(942.576)	(837.138)
Acordos e indenizações	(350.489)	(89.247)
Assistência médica	<u>(14.523)</u>	<u>(37.660)</u>
	<u><u>(83.556.337)</u></u>	<u><u>(85.405.885)</u></u>

- (i) O incremento dos custos refere-se basicamente aos montantes pagos para a Irmandade Misericórdia de Campinas - IMC, em função de um contrato de parceria entre a RSPB e IMC firmado em 2022, para a abertura de uma unidade de Pediatria nas dependências da IMC. No contrato de parceria todos os custos relacionados a construção e a operação são divididos por igual entre as partes.

## 20. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	2022	2021
Salários, encargos e outros benefícios	(14.250.197)	(13.647.100)
Contingência (i)	(5.440.313)	(3.751.975)
Manutenção e reparos	(2.967.914)	(2.779.927)
Conservação e limpeza	(2.917.242)	(3.105.317)
Serviços prestados	(2.004.997)	(2.159.434)
Depreciação	(1.973.648)	(1.944.463)
Água, luz e gás	(1.692.052)	(2.027.570)
Ajuste de estoque (ii)	(778.987)	-
Seguro	(757.078)	(27.087)
Copa e cozinha	(416.042)	(391.854)
Honorários advocatícios	(389.477)	(463.492)
Refeições	(327.460)	(287.170)
Locação	(312.835)	(333.899)
Aluguel	(309.271)	(115.452)
Outras despesas	(298.466)	(209.725)
Condução	(198.987)	(230.292)
Honorários serviços técnicos (iii)	(180.307)	(21.000.000)
Vigilância	(170.748)	(91.899)
Telefone	(164.983)	(438.600)
Material de escritório	(142.215)	(151.381)
IPTU	(93.467)	(123.837)
Impostos e taxas	(92.706)	(33.507)
Legais e trabalhistas	(89.110)	(195.809)
Uniformes	(52.441)	(61.269)
Correios	(34.268)	(22.034)
Associação de classe	(24.302)	(16.992)
Combustíveis	(22.759)	(31.038)
Assistência religiosa	(17.712)	(14.595)
Honorários auditoria	(11.700)	(11.600)
Consumo	(10.314)	(9.053)
Indenizações	(4.259)	-
Cursos e palestras	(1.826)	(5.242)
Glosas	(1.750)	(121.416)
Fretes e carretos	(1.265)	(330)
Jornais e revistas	(765)	(766)
Viagem	(626)	(881)
Eventos	-	(6.985)
Reversão de provisões	1.222.179	251.653
	<u>(34.930.310)</u>	<u>(53.560.338)</u>

- (i) O aumento refere-se basicamente as provisões do PERT Federal e ao REFIS Previdenciário, incluindo os montantes de juros e multas;

- (ii) Refere-se a lançamentos de ajustes de estoques de materiais e medicamentos relativos a entradas e saídas de material consignado que não estavam sendo contabilizados em função de seu consumo;
- (iii) Em 2021 a Entidade realizou contrato com seis escritórios de assessoria empresarial e jurídica para apoiar na adesão ao parcelamento tributário, que anteriormente estava vinculado a moratória do Pró SUS. Os contratos foram firmados no montante de R\$ 21.000.000 que serão pagos em trinta e sete parcelas, sendo uma entrada (paga na assinatura do contrato) e mais trinta e seis parcelas, sendo a última com vencimento em abril de 2024. Em 31 de dezembro de 2022 o contrato apresenta 24 parcelas remanescentes.

Os contratos possuem valores distintos. Parte dos valores a pagar estão classificados na rubrica de Fornecedores no passivo circulante, e somam R\$ 5.950.000 e o restante no passivo não circulante, conforme nota explicativa nº 16, e somam R\$ 4.462.500.

## 21. OUTRAS (DESPESAS) E RECEITAS OPERACIONAIS LIQUIDAS

		<u>2022</u>	<u>2021</u>
Contrato de uso da marca	(i)	12.201.136	11.850.240
Receita com gratuidade		7.539.721	7.570.594
Gratuidade		6.594.796	7.776.820
Doações		1.218.488	1.173.896
Outras receitas	(ii)	654.819	-
Receita com aluguel de imóveis		359.083	335.274
Programa Mais Santa Casas		186.756	-
Venda de ativo imobilizado		32.000	4.081.077
( - ) Receita com gratuidade		(7.539.721)	(7.570.594)
( - ) Gratuidade		(6.594.796)	(7.776.820)
( - ) Ajuste de inventário		(62.550)	(316.306)
( - ) Alienação de ativos imobilizados		(39.850)	(78.400)
Glosas recuperadas		-	1.750
( - ) Provisão para perda sobre adiantamentos a fornecedores		-	(239.286)
( - ) Provisão para perda sobre bloqueios judiciais		-	(199.957)
		<u>14.549.882</u>	<u>16.608.288</u>

### 21.1 GRATUIDADE

A Entidade está registrada no Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, processo nº 025.413/66, deferido em sessão realizada em 06 de setembro de 1966, com renovação Sub Judice através da PORTARIA Nº 1.267, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2021, a Concessão do seu Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (“CEBAS/Saúde”).

- (i) Refere-se aos valores cobrados da ASPB pela utilização da marca.

- (ii) Refere-se a baixa de fornecedores prescritos, cujos pagamentos foram estornados pelo banco não havendo cobrança posterior por parte do fornecedor.

## 22. DESPESAS FINANCEIRAS

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Juros s/ empréstimos bancários (i)	(13.941.339)	(6.505.922)
Juros e multa	(3.160.096)	(4.161.766)
Comissões agenciamento de empréstimos	(1.082.532)	(638.714)
Variação monetária	(131.934)	(43.127)
Custas com cartório	(82.987)	(129.773)
Despesas bancárias	(24.055)	(32.580)
Descontos concedidos	(19.059)	(184.463)
Ajustes para consolidação dos tributos parcelados	-	(5.012.722)
Atualização Ressarcimento ao SUS	-	(1.960.242)
	<u>(18.442.002)</u>	<u>(18.669.309)</u>

- (i) Aumento decorrente do incremento de empréstimos e financiamentos em função de novas captações em 2022, junto aos bancos: Caixa Econômica Federal, Daycoval e Pine.

## 23. RECEITAS FINANCEIRAS

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Descontos obtidos	2.623.860	116.886
Rendimentos de aplicações	764.528	120.736
Juros e multas ativos	56.887	34.514
Depósitos judiciais	5.230	-
	<u>3.450.505</u>	<u>272.136</u>

O aumento da receita financeira proveniente de descontos obtidos refere-se basicamente a negociações realizadas em operações de empréstimos e financiamentos com as seguintes instituições financeiras: (i) Banco Santander R\$ 781.174; (ii) Caixa Econômica Federal R\$ 478.235, bem como com fornecedores diversos no montante de R\$ 1.247.565.

## 24. SEGUROS

A Administração da Entidade adota uma política de seguros que considera principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, contratados por montantes considerados suficientes, levando-se consideração a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros.

## 25. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E RISCOS OPERACIONAIS

As transações financeiras efetuadas pela Entidade em 2022 são pertinentes às suas atividades econômicas e estão relacionadas ao caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, contas a pagar com vencimento de curto prazo, empréstimos, financiamentos de cunho operacional.

Esses instrumentos, devido a sua natureza, condições e prazos, têm seus valores contábeis registrados no balanço patrimonial próximos aos valores de mercado.

A Entidade não possui e, também não efetuou, operações com derivativos financeiros nem com outros ativos financeiros de risco nos exercícios de 2022.

## 26. PLANO PARA RECUPERAÇÃO DA LUCRATIVIDADE DAS OPERAÇÕES

Embora a Entidade tenha sucessivos déficits, dificuldade financeira e expressiva redução do patrimônio líquido em função da baixa do Programa PRÓ-SUS, a Administração vem buscando promover internamente um programa de governança corporativa, que visa a redução de seus déficits e o aumento da sua liquidez financeira.

## 27. EVENTOS SUBSEQUENTES

Não ocorreram, até a data de autorização para emissão destas demonstrações financeiras, eventos que devessem refletir em ajustes ou divulgação em notas explicativas.

## 28. RECURSOS PÚBLICOS – SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – SUS

### 28.1. – MOVIMENTAÇÃO DAS CONTAS A RECEBER DOS RECURSOS PÚBLICOS

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Saldo inicial	2.344.484	2.969.839
Receita reconhecida	26.898.748	22.859.748
Recebimentos	<u>(25.603.293)</u>	<u>(23.485.103)</u>
Saldo final	<u><u>3.639.939</u></u>	<u><u>2.344.484</u></u>



## 28.2 – ABERTURA DOS RECEBIMENTO DOS RECURSOS PÚBLICOS POR CONVÊNIO

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
SUS - Convênio 011/2021		
Governo Federal	12.048.195	-
Governo Municipal	9.993.574	-
SUS - Convênio 183/2016 - Termo aditivo 002/2020		
Governo Federal	-	15.897.420
Governo Municipal	-	4.536.000
Recebimentos totais	<u><u>22.041.769</u></u>	<u><u>20.433.420</u></u>

## 28.3 – ABERTURA DOS RECEBIMENTO DOS RECURSOS PÚBLICOS POR CONTRATOS

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
SUS - Contrato Município 007/2022_10Leitos		
Governo Federal	3.561.524	-
SUS - Contrato Município 088/2020 - Termo aditivo 170/2020		
Governo Federal	-	1.326.641
Governo Municipal	-	-
SUS - Contrato Município 095/2020 - Termo aditivo 178/2020		
Governo Federal	-	618.261
SUS - Contrato Município 081/2021		
Governo Federal	-	805.985
SUS - Contrato Município 085/2021		
Governo Federal	-	300.796
Governo Municipal	-	-
Recebimentos totais	<u><u>3.561.524</u></u>	<u><u>3.051.683</u></u>

## 29. DATA DE AUTORIZAÇÃO PARA EMISSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 17 de abril de 2023.

\* \* \*